

MUDA O DISCO!

Por que a redução da maioria
penal continua no repeat?



Um guia para entender o debate e
responder aos principais mitos.

ESSA MÚSICA A GENTE JÁ CONHECE

Desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Congresso apresenta propostas para endurecer a resposta do Estado aos adolescentes.

Uma pesquisa do NEV-USP e do Instituto Alana analisou 338 propostas apresentadas entre 1990 e 2020. Desse total, 72,5% tinham caráter punitivo. A redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação apareciam em 55% delas.

Essas propostas costumam ganhar força após crimes de grande repercussão e em períodos eleitorais. Mas medidas mais duras não enfrentam as causas da violência, como o racismo, a circulação de armas, as desigualdades e a atuação de organizações criminosas.



Nas próximas páginas, vamos tirar o debate do automático, colocar os principais mitos em pausa e mostrar o que dizem a legislação, as pesquisas e os dados públicos.

**Eu vejo na TV
o que eles falam
sobre o jovem
não é sério**



NÃO É SÉRIO — CHARLIE BROWN JR. E NEGRA LI



Casos graves envolvendo adolescentes recebem ampla cobertura e, muitas vezes, são apresentados como retrato de toda a juventude. A repetição dessas notícias produz a impressão de que adolescentes não são responsabilizados, praticam principalmente crimes contra a vida e representam uma ameaça crescente.

Os dados não sustentam esse imaginário.

Mito

"ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATOS INFRACIONAIS FICAM IMPUNES."

Realidade

ADOLESCENTES JÁ SÃO RESPONSABILIZADOS



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê seis medidas socioeducativas, que vão da advertência à internação. A internação implica privação de liberdade, pode durar até três anos e, em alguns casos, continuar até os 21 anos.

Em agosto de 2025, segundo o Levantamento Nacional do Sinase 2025, havia 12.203 adolescentes e jovens em medidas de restrição ou privação de liberdade. Portanto, o discussão não é sobre impunidade. É sobre manter um sistema adequado à adolescência ou enviar adolescentes para prisões adultas.

Mito

"A MAIORIA DOS ADOLESCENTES INTERNADOS COMETEU HOMICÍDIO."

Realidade

OS ATOS MAIS REGISTRADOS ESTÃO LIGADOS À RENDA



Em 2025, também de acordo com o Levantamento Nacional do Sinase 2025, roubo e tráfico de drogas foram os atos mais registrados no meio fechado, com 29,1% e 27,9% dos casos, respectivamente.

Casos graves exigem resposta, mas não podem ser tratados como retrato de todo o sistema socioeducativo. As políticas públicas devem considerar o conjunto dos dados, e não apenas episódios de grande repercussão.



Mito

“REDUZIR A MAIORIDADE PENAL VAI DIMINUIR A VIOLÊNCIA.”

Realidade

NÃO HÁ EVIDÊNCIAS DE QUE ENVIAR ADOLESCENTES PARA PRISÕES ADULTAS PRODUZA MAIS SEGURANÇA.



Em estudo do Conselho Nacional de Justiça, 23,9% dos adolescentes retornaram ao sistema socioeducativo. No sistema prisional adulto, a taxa de reentrada chegou a 42,5%.

Reduzir a maioridade penal significa retirar adolescentes de um sistema especializado e encaminhá-los para prisões marcadas por violações, organizações criminosas e maior índice de retorno.



ninguém respeita
a constituição
mas todos acreditam
no futuro da nação

QUE PAÍS É ESTE? — LEGIÃO URBANA

Reduzir a maioria penal não é apenas alterar uma política pública. É modificar o artigo 228 da Constituição e antecipar a entrada de adolescentes em um sistema prisional que o próprio Estado reconhece como incapaz de assegurar condições mínimas.

Mito

**“QUANTO MAIS DURA
FOR A PUNIÇÃO,
MENOR SERÁ A
PRÁTICA DE CRIMES.”**

Realidade

**PENAS MAIS DURAS,
SOZINHAS, NÃO IMPEDEM A
VIOLÊNCIA.**



Aumentar a pena não garante mais investigação ou responsabilização. Também não enfrenta as condições que favorecem o recrutamento de adolescentes.

Prevenir a violência exige investigar os crimes, rastrear armas e recursos e responsabilizar quem comanda as redes ilegais.

Mito

"COM A REDUÇÃO, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DEIXARÃO DE RECRUTAR ADOLESCENTES."

Realidade

O RECRUTAMENTO PODE ATINGIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES AINDA MAIS NOVOS.



Enviar adolescentes de 16 e 17 anos ao sistema penal adulto não acaba com o recrutamento. As organizações criminosas podem apenas buscar pessoas mais novas.

A redução muda a resposta do Estado depois do ato, mas não atinge quem alicia, financia e lucra com essa exploração.

O Decreto nº 6.481/2008 considera o recrutamento para o tráfico de drogas uma das piores formas de trabalho infantil.

Mito

"O SISTEMA PENAL ADULTO É MAIS EFICIENTE QUE O SOCIOEDUCATIVO."

Realidade

O SISTEMA PRISIONAL ENFRENTA SUPERLOTAÇÃO E VIOLAÇÕES RECONHECIDAS PELO PRÓPRIO ESTADO.



O Sinase prevê responsabilização, educação, saúde, acompanhamento técnico e fortalecimento dos vínculos familiares.

As unidades socioeducativas também enfrentam problemas, mas a resposta deve ser fortalecer e fiscalizar o sistema, não enviar adolescentes para prisões adultas.

a carne mais barata
do mercado
é a carne negra

A CARNE — ELZA SOARES



As leis podem ser escritas sem mencionar raça e, ainda assim, produzir efeitos racialmente desiguais. Para compreender quem será atingido pela redução da maioria penal, é necessário observar quem já entra no sistema socioeducativo e como funciona a seletividade penal.



Mito

**“A REDUÇÃO
ATINGIRÁ TODOS OS
ADOLESCENTES DA
MESMA MANEIRA.”**

Realidade

**O SISTEMA DE JUSTIÇA NÃO
ATUA DE FORMA IGUAL
PARA TODOS.**



Segundo o Levantamento Nacional do Sinase 2026, 73,7% dos adolescentes em restrição ou privação de liberdade eram negros.

A redução tende a atingir principalmente adolescentes negros e moradores de territórios periféricos, já mais expostos à abordagem policial, à criminalização e ao acesso desigual à defesa.

Mito

"OS ADOLESCENTES NO SISTEMA POSSUEM LONGAS TRAJETÓRIAS DE ATOS INFRACIONAIS."

Realidade

A MAIORIA ESTAVA EM SUA PRIMEIRA VINCULAÇÃO AO SISTEMA.



Ainda de acordo com o Levantamento do Sinase 2026, 71,7% dos adolescentes estavam no sistema socioeducativo pela primeira vez.

Esse primeiro contato pode ampliar a exclusão ou criar novas possibilidades, dependendo da resposta oferecida pelo Estado.

Mito

"A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CRIMES GRAVES ESTÁ CRESCENDO."

Realidade

OS DADOS NÃO CONFIRMAM UM AUMENTO GENERALIZADO.



Entre 2024 e 2025, a participação do homicídio nos registros do meio fechado caiu de 12,6% para 9,8%, segundo o Levantamento Nacional do SINASE.

Casos graves precisam de resposta, mas não podem substituir a análise do conjunto dos dados.

Negro drama, cabelo crespo e a pele escura A ferida, a chaga, à procura da cura

NEGRO DRAMA — RACIONAIS MC'S



O debate público costuma apresentar adolescentes e jovens principalmente como autores da violência. Essa abordagem desloca a atenção de uma realidade central: a juventude, sobretudo a juventude negra e periférica, está entre os grupos mais atingidos pela violência letal.

Mito

"A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PROTEGE A JUVENTUDE BRASILEIRA."

Realidade

ADOLESCENTES E JOVENS ESTÃO ENTRE AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA.



Em 2024, 19.801 jovens de 15 a 29 anos foram assassinados no Brasil, conforme aponta o Atlas da Violência 2026.

Na faixa etária de 15 a 19 anos, foram registradas 4.570 vítimas de homicídio. O levantamento também revela que, entre 2014 e 2024, 84,1% dos homicídios de adolescentes dessa idade foram cometidos com armas de fogo.

Mito

"A VIOLÊNCIA JUVENIL É IGUAL EM TODO O PAÍS."

Realidade

A VIOLÊNCIA MUDA DE ACORDO COM O TERRITÓRIO.



Dados do Atlas da Violência 2026 mostram que, em 2024, a taxa de homicídios de jovens chegou a 114,7 mortes por 100 mil habitantes no Amapá e a 101,8 na Bahia. Em São Paulo, a taxa foi de 10,7 mortes por 100 mil habitantes.

Mito

"A REDUÇÃO AFETA APENAS OS ADOLESCENTES RESPONSABILIZADOS."

Realidade

A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE AFETA FAMÍLIAS INTEIRAS.



De acordo com o Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2025, elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a mãe foi indicada como a principal responsável por 64,9% dos adolescentes vinculados às medidas de internação, internação provisória, internação-sanção e semiliberdade. O pai apareceu como principal responsável em apenas 9% dos casos.

**Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala**



O QUE SE CALA — ELZA SOARES

A discussão sobre a redução da maioria penal costuma se concentrar na punição, enquanto deixa de lado questões fundamentais: quanto a proposta custará, quais serviços poderão ser prejudicados, onde os adolescentes serão mantidos e quais consequências essa medida produzirá no longo prazo.



Mito

**“COLOCAR ADOLESCENTES
NO SISTEMA PRISIONAL
ADULTO SERÁ MAIS
BARATO.”**

Realidade

**UMA VAGA MAIS BARATA
NÃO SIGNIFICA UMA
POLÍTICA MAIS EFICIENTE.**



O sistema socioeducativo deve oferecer educação, saúde, acompanhamento técnico e apoio às famílias. Reduzir custos pode significar menos serviços e mais problemas no futuro.

Mito

"NÃO VALE A PENA INVESTIR EM EDUCAÇÃO PORQUE ADOLESCENTES NO SISTEMA NÃO ESTUDAM."

Realidade

A MAIORIA FREQUENTAVA A ESCOLA.



Em 2025, de acordo com o Levantamento Nacional do Sinase 2025, 83,2% dos adolescentes no meio fechado estavam matriculados e frequentavam a escola. Porém, 63% apresentavam distorção idade-série.

A resposta deve ser fortalecer a educação, não afastá-los dela.

Mito

"É PRECISO VOTAR RAPIDAMENTE PARA RESPONDER À INSEGURANÇA."

Realidade

UMA MUDANÇA CONSTITUCIONAL EXIGE DEBATE E ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS.



A redução altera o artigo 228 da Constituição e pode ampliar o encarceramento. Antes da votação, é preciso avaliar custos, estrutura, efeitos raciais e resultados esperados.

Popularidade não é sinônimo de eficiência.



para que amanhã
não seja só um
ontem com um
novo nome

AMARELO — EMICIDA

Recusar uma resposta ineficaz não significa aceitar a violência. Significa exigir políticas capazes de prevenir, investigar, responsabilizar e reduzir danos.

MUDAR O DISCO

TAMBÉM É APRESENTAR CAMINHOS



REDUZIR A MAIORIDADE PENAL NÃO RESOLVE

não impede o recrutamento de crianças e adolescentes;

não retira armas de circulação;

não responsabiliza, por si só, adultos que comandam organizações criminosas;

não melhora automaticamente a investigação de homicídios e outros crimes;

não reduz as desigualdades raciais e territoriais;

não corrige a exclusão e o abandono escolar;

não fortalece o sistema socioeducativo;

não enfrenta a superlotação e as violações do sistema prisional;

não protege os milhares de adolescentes e jovens vítimas de homicídio.

QUAL É O CAMINHO?

Fortalecer o Sinase

Garantir equipes, planos individuais de atendimento, escolarização, saúde, formação profissional, fiscalização e avaliação de resultados.

Investir nos territórios

Priorizar áreas com altas taxas de homicídio, abandono escolar, circulação de armas e baixa presença de serviços públicos.

Avaliar as políticas

Definir metas e indicadores públicos para identificar quais medidas reduzem violência e reincidência, em vez de medir apenas prisões e apreensões.

Garantir trajetórias educacionais

Combater a distorção idade-série, o abandono escolar e as barreiras ao retorno à escola depois do cumprimento da medida.

Enfrentar o recrutamento

Investigar e responsabilizar adultos e redes que aliciam e exploram crianças e adolescentes, inclusive no tráfico de drogas.

Melhorar a investigação

Ampliar a elucidação de homicídios, rastrear armas e fluxos financeiros e fortalecer a integração entre os órgãos de inteligência.

Apoiar as famílias

Reduzir distâncias e custos de visita e enfrentar a sobrecarga concentrada sobre mães e outras mulheres de referência.

Enfrentar a seletividade

Produzir dados raciais, revisar práticas institucionais, garantir defesa qualificada e fortalecer o controle externo.

**a classe dominante no poder
quer nos matar
mas não vamos morrer,
não vamos correr**

A VOZ DA REVOLUÇÃO - FBC



Mudar o disco exige mais do que discordar da redução da maioria penal. É necessário disputar o debate público, acompanhar o Congresso e fazer com que dados, direitos e experiências concretas cheguem aos espaços de decisão.

A PEC 32/2015 está avançando na Câmara dos Deputados. A comissão especial deverá realizar audiências, receber contribuições e elaborar um parecer antes da votação em Plenário.

Este é o momento de agir.

PARTICIPE DA MOBILIZAÇÃO

Acompanhe a agenda e as audiências públicas da comissão especial.

Cobre dos parlamentares estudos de impacto social, racial, orçamentário e federativo.

Envie notas técnicas, manifestações e pesquisas aos integrantes da comissão.

Mobilize conselhos de direitos, universidades, defensorias, organizações e coletivos.

Compartilhe informações verificadas e responda aos mitos nas redes e nos espaços comunitários.

Inclua adolescentes, familiares e profissionais do Sinase no debate.

Defenda a implementação efetiva do sistema socioeducativo.

Exija políticas de segurança pública orientadas por evidências e avaliadas por seus resultados.

Use este guia em reuniões, formações, escolas, conselhos, organizações e conversas com parlamentares.

A redução volta ao debate porque seus argumentos são repetidos até parecerem verdadeiros. A resposta é ampliar a circulação de dados, qualificar a discussão e construir pressão social.

Conheça nosso trabalho

 coalizaopelasocioeducacao.com

 [coalizaopelasocioeducacao](https://www.instagram.com/coalizaopelasocioeducacao)

Fale com a gente

 coalizaopelasocioeducacao@gmail.com